Vida pública:
Democracia, engajamento cívico e partidos políticos

Miguel Carter

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

2

Vida Pública: Democracia, Engajamento Cívico e Partidos Políticos

Miguel Carter

A pesquisa de mineração e análise de dados feita a partir da sondagem de opinião de 2018 permitiu construir um grande acervo de dados – uma 'mina de ouro' -, com informações de um valor excecional para a compreensão da vida pública na Guiné-Bissau.[1] Este capítulo revela várias 'pepitas de ouro' relacionadas com a adesão à democracia, o engajamento na vida pública, e a militância partidária.

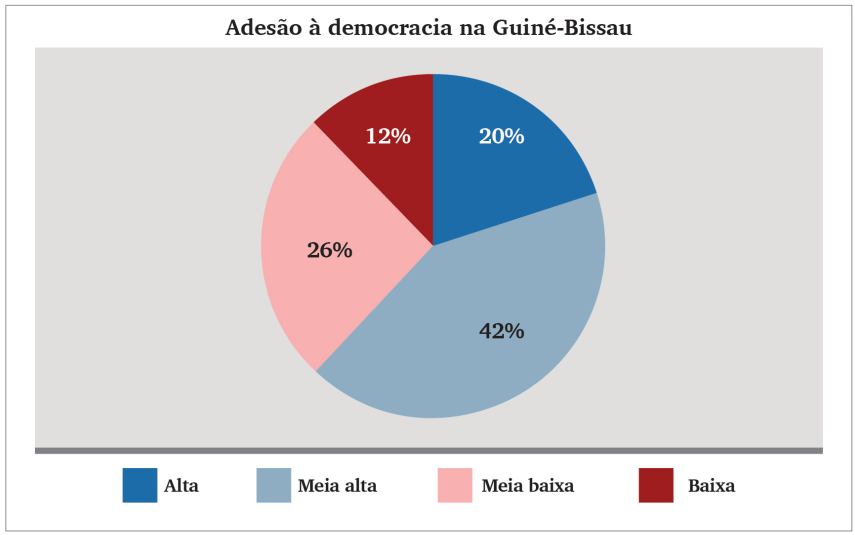
As aprendizagens deste estudo mostram que a adesão à democracia na Guiné-Bissau é ampla, porém precária. Ainda mais, sublinha o facto de que o engajamento cívico favorece a promoção dos valores democráticos neste país. Finalmente, demonstra que a política partidária contribui para a integração nacional, mas é vulnerável à politização das identidades étnicas.

Adesão à Democracia

Para perceber melhor o compromisso das pessoas com os valores e a prática da democracia, criou-se um índice com cinco elementos:

- **A responsabilização dos governantes**, face à cidadania e outros poderes do Estado
- **Liberdade de expressão e associação,** livre de censura e outras restrições arbitrárias
- **Liberdade de escolha política,** com eleições multipartidárias livres e justas
- **Preferência pela democracia,** frente a outras formas de governo
- **Rejeição da autocracia,** de um regime militar, partido único ou presidencialismo despótico.

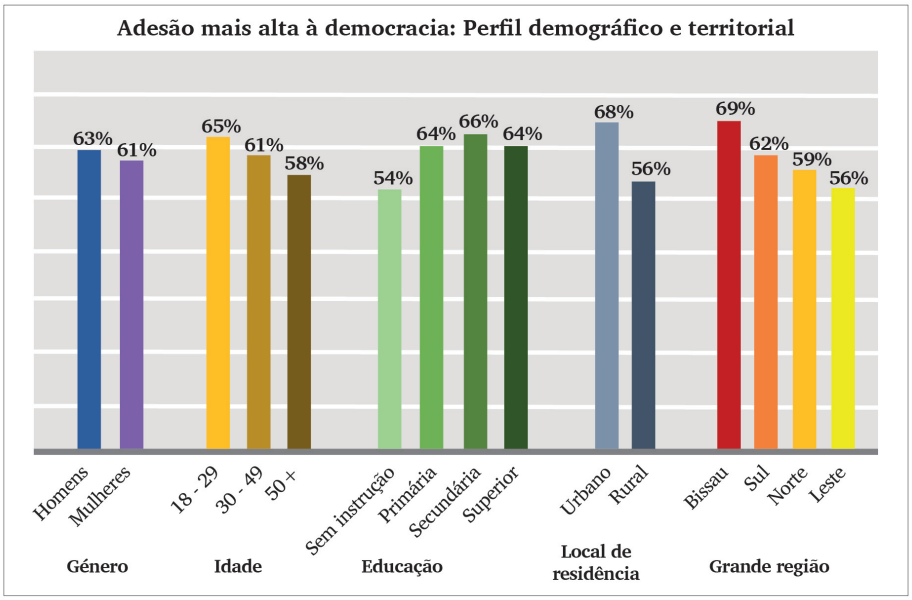
A maior pontuação no índice coube à adesão mais democrática. A menor pontuação coube à orientação mais autocrática.

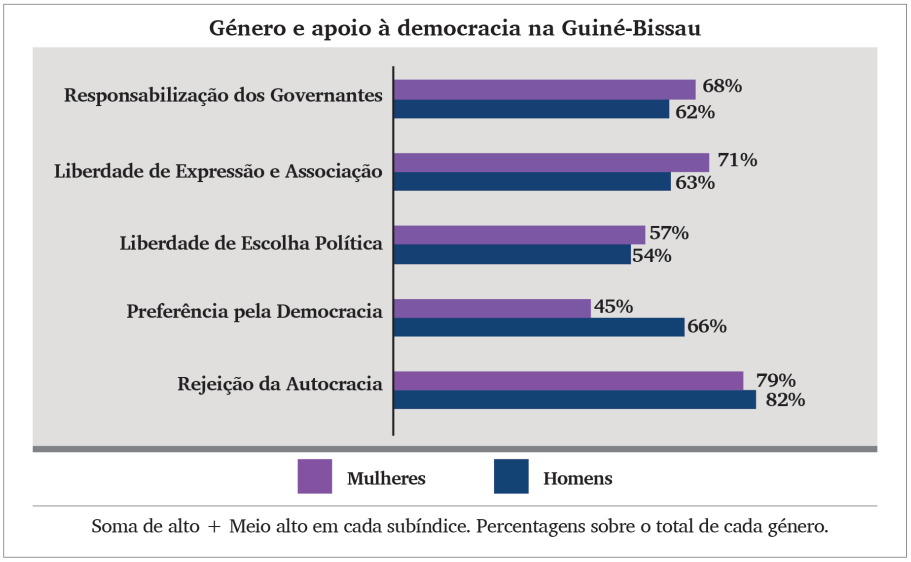


[1] Ver Carter (2021).

Uma parte expressiva da população guineense (62%) tem sentimentos mais democráticos, porém um tanto diluídos em 42% do povo. Só 12% dos guineenses apresentam uma orientação clara a favor de um regime autoritário.

A adesão mais alta à democracia estende-se ao longo do território nacional e está presente no meio de diversas configurações sociais. Mas há diferenças que merecem ser sublinhadas. Em geral, a adesão à democracia é mais alta nas áreas urbanas (68%), sobretudo na capital do país, Bissau (69%). O apoio à democracia é também maior entre os jovens (65%) que entre as pessoas mais idosas (58%). As pessoas sem instrução formal têm uma adesão democrática mais fraca (54%) que aqueles com algum estudo. Mas entre as pessoas que tiveram certa educação, a diferença é mínima, com ligeira vantagem para aqueles que só fizeram o ensino secundário (66%), de maneira parcial ou integral. Entre as pessoas com ensino superior, 36% expressam uma visão mais autocrática. O seguinte gráfico ilustra estes elementos de consistência e variação.





Na adesão à democracia, a diferença entre mulheres e homens é pequena. Contudo, ao examinar fatores que compõem o índice, é possível detetar algumas variações interessantes. As mulheres apresentam um apoio maior às dimensões da democracia vinculadas à responsabilização dos governantes e às liberdades de expressão e de eleição. Os homens, por sua vez, são mais enfáticos na sua preferência por um regime democrático e na rejeição às fórmulas autoritárias de exercício do poder, como se pode apreciar no quadro anterior.

As mulheres têm uma pontuação ligeiramente inferior no índice de apoio à democracia devido à sua **falta de familiaridade com a palavra "democracia"**. No subitem que trata da preferência explícita pela democracia, só metade dos guineenses disseram compreender o significado da palavra "democracia". Entre estes, 61% eram homens e apenas 40% eram mulheres. Esta disparidade explica-se sobretudo pelo menor acesso das mulheres à instrução formal.

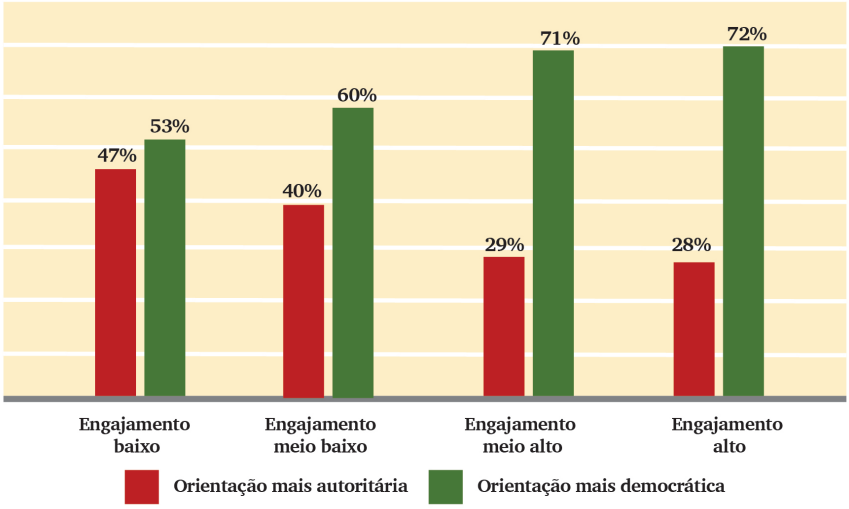
A falta de conhecimento da palavra "democracia" está fortemente relacionada com o nível de escolaridade. Entre as pessoas que não compreenderam o termo:

- 73% nunca tiveram instrução formal
- 56% fizeram só parte ou toda a escola primária
- 40% fizeram só parte ou todo o secundário
- 14% tiveram alguma educação superior

As mulheres constituem a maior parte dos guineenses (66%) sem escolaridade e a maioria das pessoas (55%) que apenas frequentaram o ensino primário.

A dificuldade em compreender o conceito de democracia não limita a capacidade das pessoas de apreciar os seus pilares fundamentais, como a realização de eleições livres e transparentes para escolher as autoridades públicas e a necessidade de um sistema judicial independente, capaz de responsabilizar estes dirigentes. Ainda assim, os desafios encontrados na atribuição de um nome próprio a este sistema aludem a uma série de limitações na compreensão do que é o regime. Esta insuficiência tende a minar o compromisso dos cidadãos com este sistema político. Entre os guineenses com maior propensão para o regime autoritário, 63% não compreendem o significado da palavra "democracia"

Engajamento na vida pública e adesão à democracia

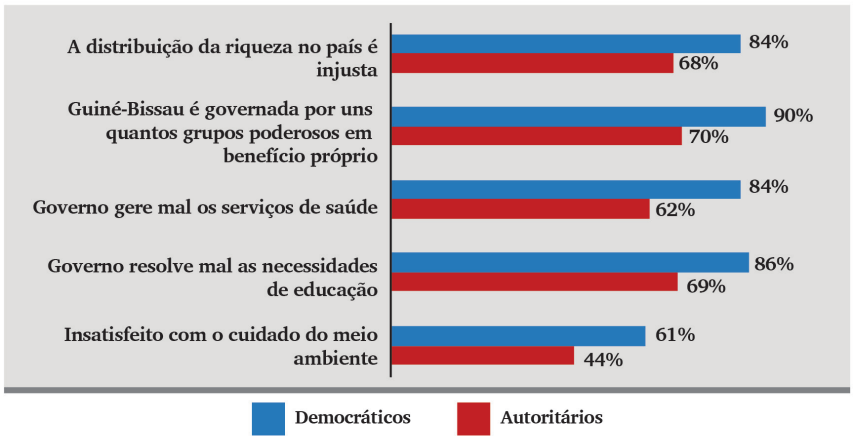


Orientação mais autoritária: Adesão à democracia baixa + meia baixa
Orientação mais democrática: Adesão à democracia alta + meia alta
Percentagens sobre o total de cada nível de Engajamento na vida pública.

Há uma relação positiva entre o nível de engajamento na vida pública e a adesão à democracia. Como se pode observar no quadro acima, quanto maior for a participação cidadã, maior é a probabilidade de apoio à democracia. As pessoas com maior orientação democrática têm melhor capacidade de relacionamento com o poder público, maior contacto com os agentes do Estado, e uma possibilidade superior de interação com as autoridades públicas. O apoio à democracia também aumenta com a participação mais intensa na vida social e política, e com a maior deliberação sobre assuntos públicos.

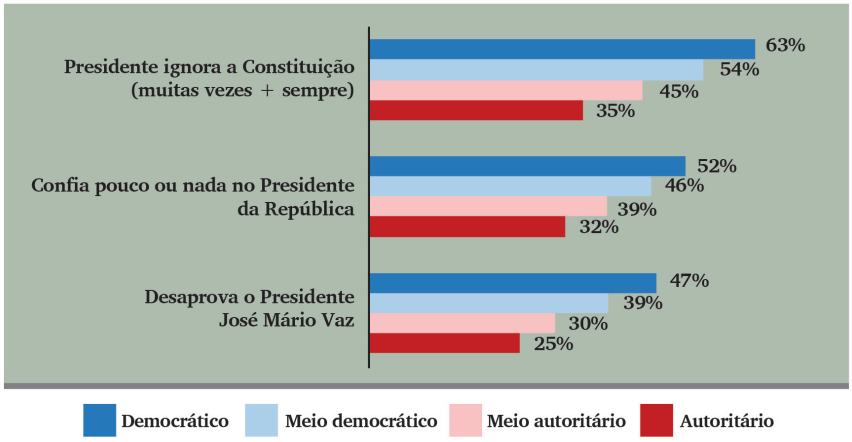
Aqueles com tendências mais autoritárias são contrários à realização de eleições livres e explícitos na preferência por um regime não democrático, seja ele civil ou militar. Neste segmento, há uma linha dura – pessoas autocráticas de convicção – que chegaria a 5% da população. Em torno deste grupo, há uma faixa social de 7% que possui sentimentos autoritários, mas de menor consistência e intensidade.

Democráticos e autoritários: Contraste de perceções



Democráticos: Alta adesão à democracia (20% da população). **Autoritários:** Baixa adesão à democracia (12%). Percentagem sobre o total das respostas a cada pergunta do questionário feitas por cada orientação política.

A opinião sobre o presidente José Mário Vaz, segundo o grau de adesão à democracia



Percentagem sobre o total das respostas a cada pergunta do questionário feitas por cada orientação política.

A leitura atenta das posições assumidas pelo segmento mais democrático da população e o mais autoritário revelam contrastes importantes. Em geral, os mais democráticos (20% do povo guineense) tendem a ser mais críticos quanto ao rumo do país e, de modo particular, às políticas do governo e suas autoridades. As pessoas mais autoritárias (12% da população), por sua vez, exprimem uma menor insatisfação com a realidade social e política do país. A variação nos acentos é percetível. A diferença entre estes dois grupos ganha destaque na sua apreciação do chefe de Estado no tempo do inquérito, o presidente José Mário Vaz.

Entre a população mais autoritária, há certa propensão a minimizar os 'problemas' e a demitir-se perante uma pergunta sobre assuntos políticos. Esta omissão pode-se dar por vários motivos. Um deles é o menor conhecimento sobre a política nacional e internacional. A título de ilustração:

- 29% dos autoritários não conhecem a CEDEAO, comparado com 6% dos democráticos.
- 33% dos autoritários não sabem o que é a União Europeia, à diferença de 7% dos democráticos.

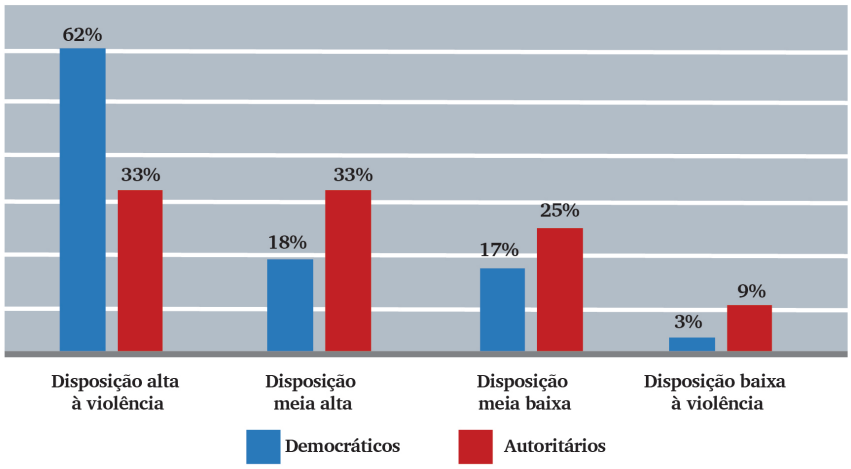
Entre os autoritários há uma porção de pessoas com menos acesso à informação e, portanto, com noções mais precárias sobre a realidade nacional. À diferença dos mais democráticos – que dispõem, em geral, de mais fontes de notícia e uma autoconfiança maior na hora de dar uma opinião –, no meio mais autocrático se percebem elementos de maior insegurança e hesitação, fruto do maior desconhecimento. Este universo não se baseia numa ideologia ou pensamento autoritário per si, mas num conjunto de valores e sentimentos que se cristalizam numa mentalidade mais fechada.

Entre os mais autoritários, há um segmento que possui uma identidade nacional mais fraca:

- Um em cada cinco pessoas autoritárias se identifica mais com o seu grupo étnico do que como guineense, quase o dobro da média nacional (12%).
- 60% desta população fala uma língua autóctone em casa.

Há, entre os autoritários, uma sensação de maior isolamento social. Isso é resultado da menor perceção de integração nacional e do maior desengajamento da vida pública. Este é um contexto propício para o cultivo de sentimentos autoritários. Tudo isto, por sua vez, pode afiançar uma predisposição menos pacífica, como aponta o seguinte quadro.

Disposição para a violência, segundo a orientação mais democrática e mais autoritária

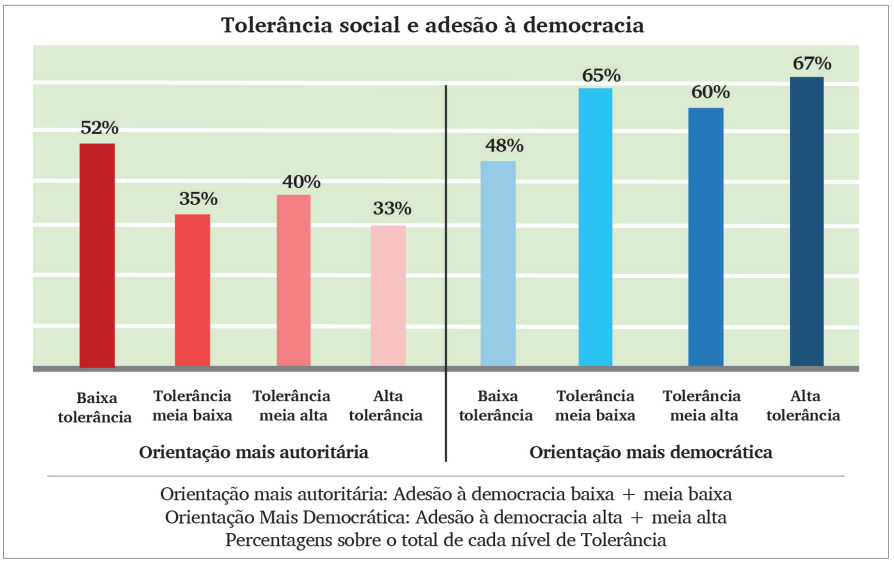


Democráticos: Alta adesão à democracia (20% da população). **Autoritários:** Baixa adesão à democracia (12%). Subíndice Opção pela não violência apresentada em forma invertida. Percentagem sobre o total de Democráticos e Autoritários.

A relação entre democracia, autoritarismo e tolerância social na Guiné-Bissau é um assunto complexo. Para avaliar esta relação, criou-se um índice de tolerância social a partir de três subíndices:

- Tolerância religiosa e étnica
- Tolerância em questões sexuais (homossexualidade e portadores de SIDA)
- Tolerância aos estrangeiros

Foram feitos vários exercícios estatísticos para pesquisar a relação entre orientação política e disposição social, e não se achou nenhuma correlação. Isto se pode observar no seguinte cruzamento de dois índices.



Nesta equação, o único impacto percetível é a propensão dos autoritários a adotar posições de extrema intolerância social, sobretudo no âmbito das relações religiosas e étnicas. Disto podemos inferir que os sentimentos democráticos ajudam a atenuar o sectarismo, mas não o impedem.

Ainda assim, é importante reconhecer o caráter multifacetado desta relação. Na Guiné-Bissau, um terço das pessoas com alta tolerância social tem pouca ou nula adesão à democracia. Ao mesmo tempo, perto de metade das pessoas com alta intolerância social está entre os apoiantes mais firmes da democracia. Esta situação merece uma análise mais aprofundada do que pode ser oferecido aqui. Mas como primeira reflexão pode-se ressaltar o seguinte.

A disjunção entre a tolerância social e a defesa da democracia e os direitos humanos mostra que existem dois princípios distintos de tolerância no seio da opinião pública guineense. Um deles está associado a ideias próximas da modernidade liberal e da proteção da liberdade de expressão. O outro vem de uma tradição não liberal, mais comunitária e tradicional na sua origem.

O liberalismo político tem entre os seus postulados a defesa vigorosa do pluralismo político e religioso. Isto nasce da ideia que combina a valorização do direito à dissensão e o respeito de grupos minoritários, e entende que esses princípios precisam de ser protegidos pelo Estado e a sociedade. Na Guiné-Bissau, a tolerância não liberal estaria ligada a componentes de uma cultura política tradicional, relacionada com uma história de convivência entre comunidades étnicas e religiosas distintas. Tudo isso influenciado pela variante moderada do Islão que se implantou, há séculos, em diversas áreas do território nacional.[2]

[2] A tolerância social sem liberalismo não é original à Guiné-Bissau, mas pode-se encontrar em diversos contextos geográficos e históricos, como na Índia (Kaviraj, 2014), Indonésia (Menchik, 2016) e na África Ocidental (Green, 2019).

A fraqueza da matriz liberal na Guiné-Bissau exprime-se em outras facetas da opinião pública. A prática da dissensão, segundo indícios revelados pela pesquisa, encontra algumas dificuldades de aceitação. A liberdade de criticar os poderes constituídos ou questionar o pensamento dominante encontra resistência, mesmo entre pessoas com uma alta adesão à democracia:

- 44% deste público considera que as autoridades deveriam ter o direito de censurar informações e ideias que o governo considera prejudiciais para a sociedade.
- 75% deles pensam que as comunidades precisam de dialogar e tomar decisões por consenso, antes de aceitar as diferenças de opinião dentro delas.

Neste segmento democrático, no entanto, 88% das pessoas apoiam a liberdade de associação e reconhecem a importância de ter vários partidos políticos. Além disso, 92% defendem o direito de participar numa manifestação de protesto. Ainda assim, dentro deste grupo, em caso de insatisfação com a atuação do governo:

- 45% dizem que nunca se juntariam a membros da sua comunidade para pedir ações do governo.
- 58% afirmam que nunca contactariam uma rádio, um jornal ou a televisão para manifestar a sua inconformidade.
- 75% indicam que nunca participariam num ato ou marcha de protesto.

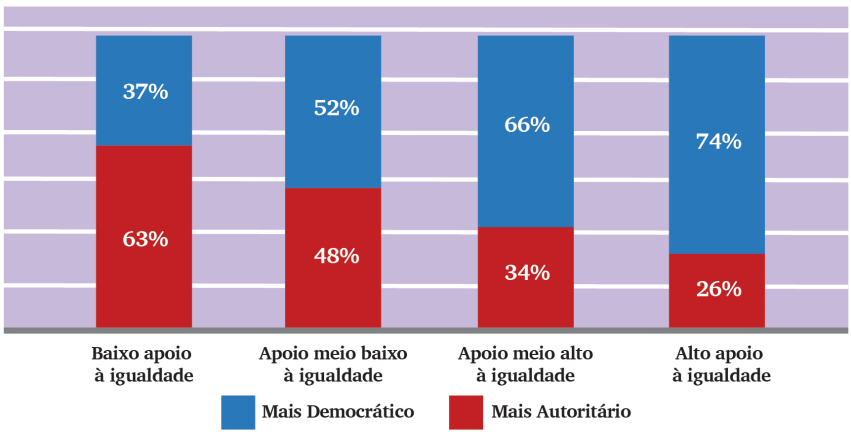
Nesta mistura de ideias e atitudes dissonantes, pode-se entrever um risco democrático: a subvalorizarão do pluralismo político, e, em particular, o direito à dissensão perante os poderes constituídos. Na Guiné-Bissau, o desenvolvimento político pode ver-se atrapalhado pela fraqueza desta dimensão liberal da democracia.

Em contrapartida, **entre os guineenses, há um apoio mais forte à dimensão igualitária da democracia**. Para avaliar esta relação, elaborámos um índice que mede a disposição à igualdade social a partir de dois componentes:

- Igualdade de género
- Igualdade no ambiente e trato social

Na Guiné-Bissau, há uma forte afinidade entre o nível de adesão à democracia e o apoio à igualdade social. Esta relação positiva entre democracia e inclusão social pode ser apreciada no gráfico a seguir.

Apoio à igualdade social e adesão à democracia

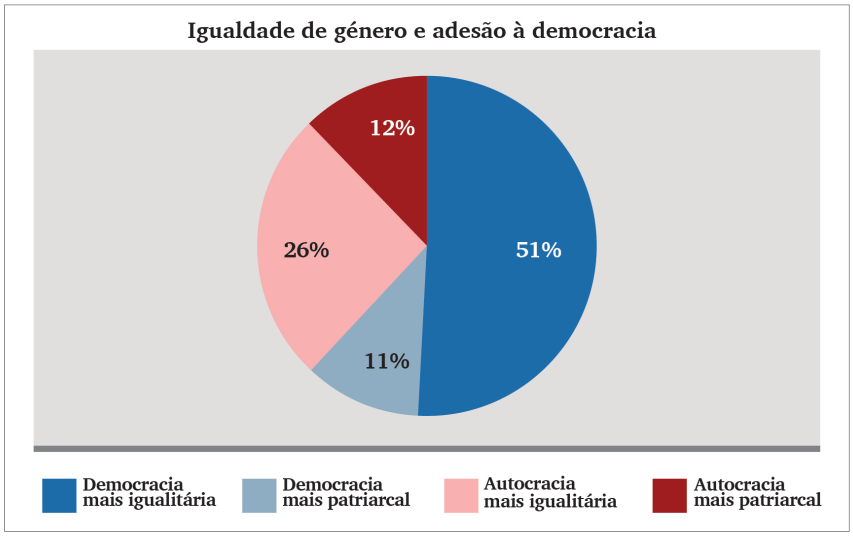


Mais Autoritário: Adesão à democracia baixa + meia baixa.
Mais democrático: Adesão à democracia alta + meia alta
Percentagens sobre o total de cada nível de igualdade social.

A valorização da democracia na Guiné-Bissau tem uma sinergia com o apoio à igualdade de género. Isto pode ser observado no quadro seguinte, que combina altos e baixos níveis de aprovação de ambas as posições.

Igualdade de género e adesão à democracia: Matriz conceitual		
Adesão à democracia	Igualdade de género	
	Menor	Maior
Mais Alta	Democracia mais patriarcal	Democracia mais igualitária
Mais Baixa	Autocracia mais patriarcal	Autocracia mais igualitária

O resultado deste cruzamento é sugestivo.



Metade dos guineenses simpatiza com a ideia de uma democracia de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres. Um quarto da população é mais propenso a apoiar a igualdade de género num contexto mais autoritário. Por outro lado, um em cada cinco guineenses tem uma orientação mais patriarcal, e, entre estes, metade simpatizaria com um regime autoritário de cunho patriarcal.

Entre as pessoas mais democráticas, cinco em cada seis apoia a igualdade de género. Isto reafirma a importância de promover os direitos das mulheres. Afinal, a evidência sugere que este também pode ser um meio conducente ao fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau.

A análise de alguns elementos que fazem parte da adesão à democracia na Guiné-Bissau ajuda a compreender melhor as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento político do país. A evidência captada através da pesquisa Vozes do Povo sugere que há uma veta igualitária importante na sociedade guineense que pode ser aproveitada para fortalecer a democracia neste país. Ainda assim, continua o desafio de garantir o pleno respeito pelos direitos humanos e, em especial, o direito à dissensão.

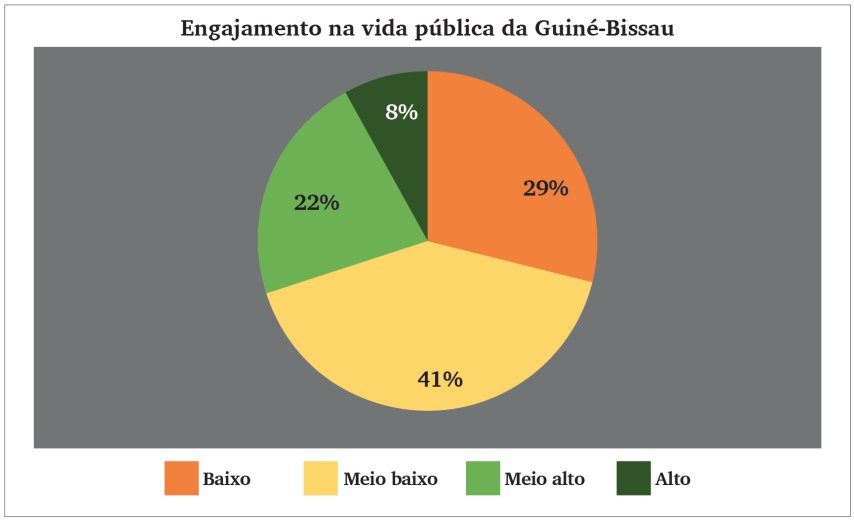
A debilidade da dimensão liberal da democracia, o desconhecimento da palavra 'democracia', e a influência de um segmento minoritário com simpatias autoritárias, complicam a construção deste regime político na Guiné-Bissau – apesar da sua ampla e ostensiva aceitação.

Engajamento na Vida Pública

A possibilidade do desenvolvimento democrático de um país depende, em boa medida, do engajamento das pessoas na sua vida pública. Para captar esta situação na Guiné-Bissau, elaborou-se um índice que avalia esta dinâmica em três vetores principais:

- **O relacionamento com o poder público,** via contacto com o Estado e as suas autoridades.
- **As ações de cidadania**, através da participação nas campanhas eleitorais, as associações sociais e partidárias, e na reclamação de direitos perante o governo.
- **A deliberação pública**, por meio do acesso às notícias e o diálogo sobre assuntos públicos.

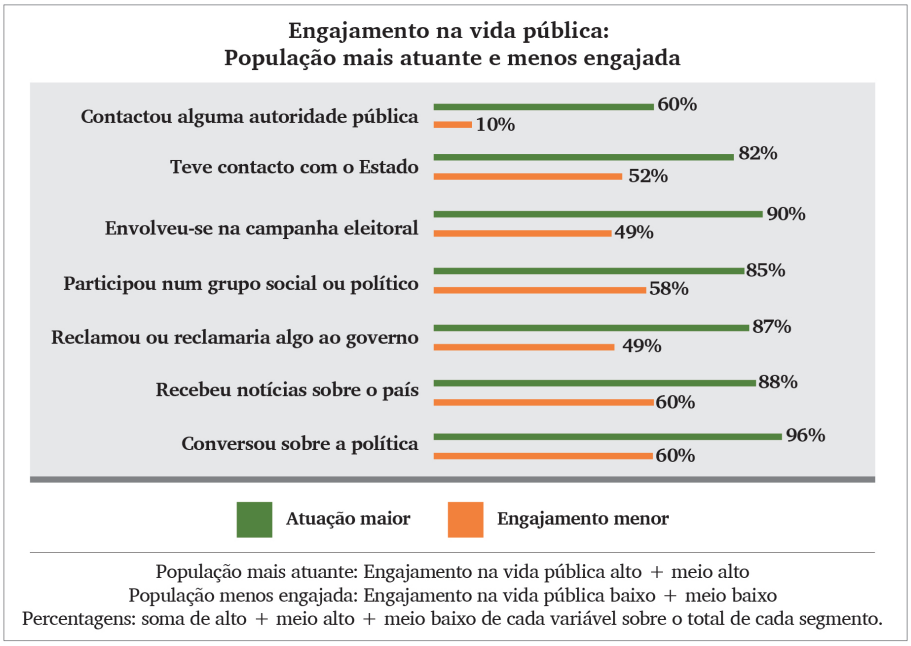
A distribuição da população guineense numa escala de engajamento na vida pública mostra um contraste acentuado entre uma minoria ativa e um amplo segmento que exibe escassas ligações com este âmbito, como se pode inferir do seguinte gráfico.



Na Guiné Bissau, sete em cada dez pessoas têm pouca ou nenhuma ligação com a vida pública do país. Em cada dez guineenses, três vivem praticamente desligados das instituições públicas e atividades vinculadas à sociedade civil e política do país. Só 8% da população, menos de um em cada dez guineenses, tem um relacionamento fluido com a esfera pública. A comparação entre a população mais atuante na vida pública (30% do total) e o segmento mais desligado (70% dos guineenses) é revelador, como mostra o próximo gráfico.

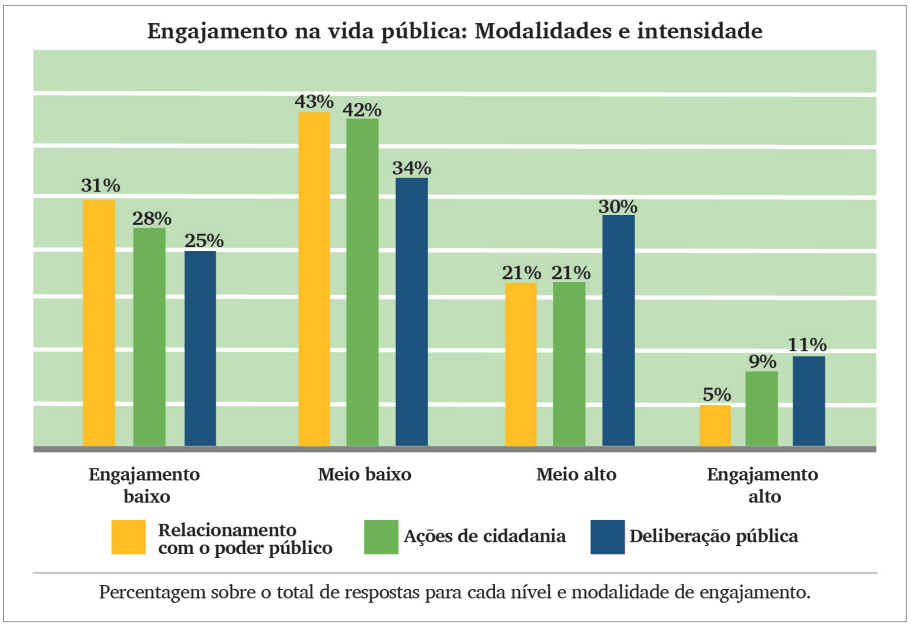
Na faixa de quase um terço da população (30%) que vive basicamente desligada do âmbito público:

- 97% não se relacionou com as autoridades públicas
- 60% não teve contacto com o Estado
- 52% não participou em atividades ligadas à sociedade civil ou do âmbito partidário
- 68% dizem que nunca reclamariam nada do governo
- 59% não teve acesso às notícias sobre o país
- 64% não dialoga sobre assuntos políticos com familiares, vizinhos e amigos.



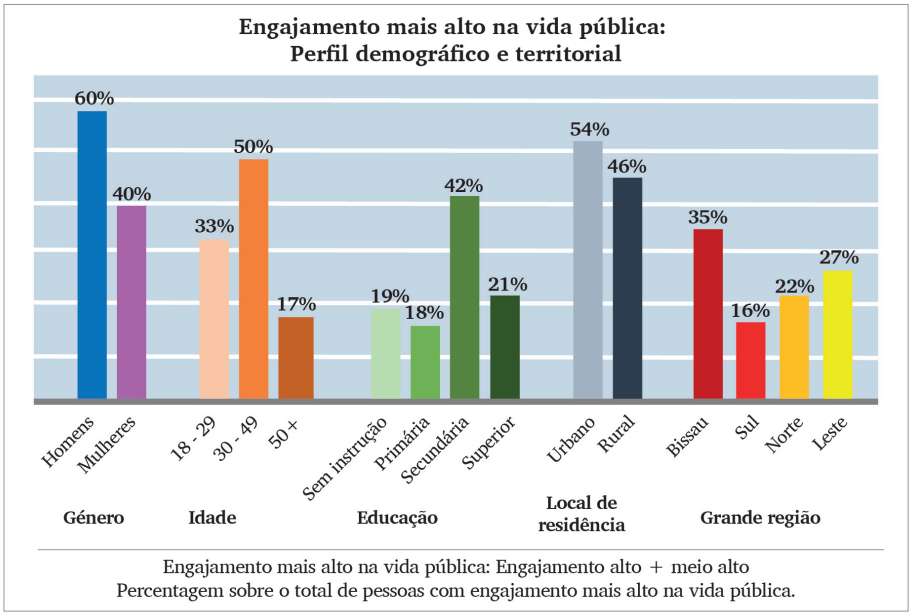
População mais atuante: Engajamento na vida pública alto + meio alto
População menos engajada: Engajamento na vida pública baixo + meio baixo
Percentagens: soma de alto + meio alto + meio baixo de cada variável sobre o total de cada segmento.

Comparando as três modalidades distintas de engajamento na vida pública, pode-se observar no seguinte gráfico, que na Guiné-Bissau é mais fácil deliberar sobre os assuntos públicos do que relacionar-se com os agentes estatais. Este facto reforça a perceção de um Estado fraco, com pouca presença no território nacional, portanto pouco acessível a um amplo segmento da população.



Percentagem sobre o total de respostas para cada nível e modalidade de engajamento.

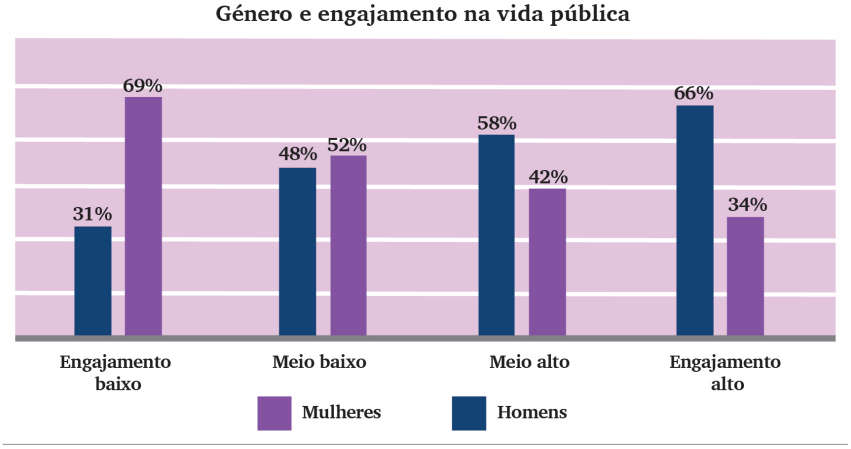
Que sectores da Guiné-Bissau se engajam mais na vida pública do país? O gráfico que se segue apresenta alguns traços demográficos deste segmento, que representa pouco menos de um terço da população (30%).



Engajamento mais alto na vida pública: Engajamento alto + meio alto
Percentagem sobre o total de pessoas com engajamento mais alto na vida pública.

A maior participação na vida pública dá-se entre os homens, sobretudo de média idade. A educação facilita este engajamento: quase dois em cada três pessoas mais ligadas ao âmbito público fez estudos pós-primários. A relação com a esfera pública é mais forte no meio urbano, onde há mais contacto com o Estado, suas autoridades e acesso às notícias. Daí o maior destaque da capital do país.

Quanto ao **género**, o envolvimento menor das mulheres é evidente: na faixa de escassa participação (70% da população), dois em cada três pessoas são mulheres. Na população mais desligada do âmbito público, sete em cada dez pessoas são mulheres, como regista o seguinte quadro.

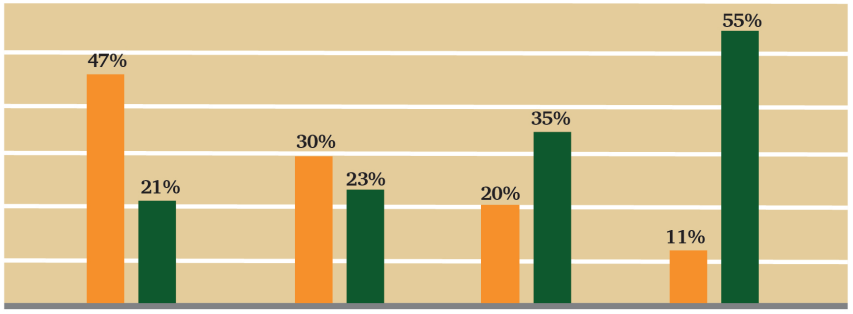


Percentagem sobre o total de cada nível de engajamento na vida pública.

Na Guiné-Bissau, uma em cada cinco mulheres vive essencialmente afastada dos debates, das atividades e das relações que fazem parte da esfera pública. As mulheres ficam particularmente diminuídas na sua capacidade de relacionamento com os poderes públicos e na oportunidade de deliberar sobre os acontecimentos do país: uma em cada três mulheres não dialoga sobre assuntos políticos ou acompanha as notícias.

Quanto à **idade**, os jovens guineenses são menos atuantes que as pessoas mais idosas. Eles têm um relacionamento menor com o poder público e são menos ativos em grupos sociais e políticos. Mas têm um acesso maior às informações sobre o que acontece no país. Nos centros urbanos isto vê-se reforçado pelo maior uso da internet. O grupo etário que mais conversa sobre assuntos públicos é o intermédio, de 30 a 49 anos: 52% deles dialoga sobre política com bastante frequência. Seguem-se os jovens com 46% e os mais velhos com 38%. Entre os jovens, a deliberação pública é mais intensa que a atuação cívica.

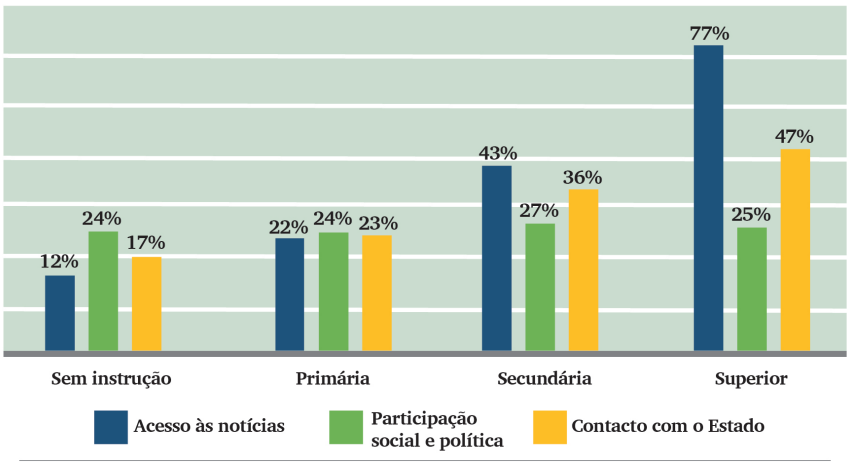
Educação e engajamento na vida pública



Engajamento mais alto na vida pública: Engajamento alto + meio alto
Engajamento baixo: Segmento com menor atuação
Percentagem sobre o total de cada nível de instrução.

A **educação** tem um forte impacto no nível de engajamento das pessoas. As pessoas mais instruídas participam muito mais na vida cívica do país. As pessoas com educação superior têm, em termos proporcionais, uma atuação duas vezes maior do que aquelas que não tiveram instrução ou só fizeram a escola primária. Quase metade das pessoas sem escolarização (47%) tem uma vida desconectada do âmbito público, como se observa acima. Entre os desconectados da esfera pública, sete em cada dez nunca foram alfabetizados ou só fizeram algum estudo primário.

Educação e instâncias de engajamento público



Engajamento público: Engajamento alto + meio alto
Percentagem sobre o total de cada nível educativo.

As pessoas com mais educação têm, segundo os dados da pesquisa, uma capacidade superior de relacionamento com o Estado e as autoridades políticas, e uma melhor possibilidade de deliberação pública. O facto de as pessoas com maior educação residirem em áreas urbanas explica o seu acesso mais fácil às dependências do Estado e diversas fontes de notícias. Contudo, é importante ressaltar que no âmbito das ações de cidadania, o nível de educação não afeta a intensidade da participação pública, como expõe o quadro acima.

O contraste desvendado na representação anterior é significativo. As pessoas com educação superior têm quase três vezes mais contacto com o Estado do que as pessoas sem instrução. Há também, entre estes segmentos da população, uma forte disparidade – de mais de seis para um – no acesso às notícias.

No entanto, há uma paridade importante em todos os estratos educativos quanto à atuação das pessoas em grupos religiosos, comunitários, sindicatos, associações de agricultores, grêmios profissionais e partidos políticos. Neste âmbito, um quarto da população, em cada faixa de instrução, tem uma participação pública mais intensa. Isto sugere que, na Guiné-Bissau, a vida associativa e partidária tende a facilitar espaços para a integração e inclusão social. Esta situação revela um potencial interessante para a promoção do desenvolvimento democrático do país.

O **local de residência** pode estender ou limitar as possibilidades de engajamento público. O meio urbano facilita o contacto com as instituições e autoridades públicas, e amplia o acesso aos meios de comunicação. Dois terços das pessoas que tem pouca relação com a esfera pública moram no campo, e só um terço nas cidades. Em total, um terço da população rural encontra-se marginalizada da vida pública. Isto se acentua, na Guiné-Bissau, pelo facto de quatro em cada cinco camponeses terem pouco ou nenhum contacto com o Estado ou acesso às notícias.

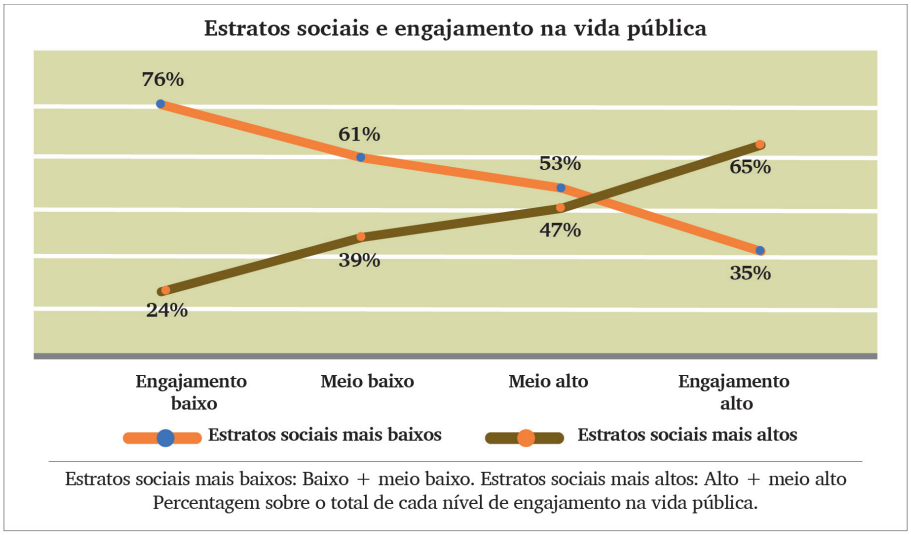
Os contrastes entre o mundo urbano e rural, contudo, desfazem-se no âmbito das ações de cidadania. Aqui, os camponeses e citadinos têm uma disposição similar de participar nas campanhas eleitorais e fazer reclamações ao governo. Dois em cada três guineenses, urbanos e rurais, atuaram na campanha eleitoral de 2014. Ademais, um quinto de ambos os segmentos diz que reclamou, ou gostaria de reclamar, algo ao governo.

É no campo, porém, que se dá um ativismo social e partidário mais intenso. Entre os habitantes rurais, isto chega aos 28%, e no meio urbano a 21%. Isto indica que há elementos da sociabilidade camponesa – entre eles, a vida comunitária e a maior confiança interpessoal – que facilitam a participação popular.

Com isto podemos concluir que o acento urbano na vida pública da Guiné-Bissau reflete muito mais o conjunto de oportunidades oferecidas nesse meio do que quaisquer diferenças de disposição entre o povo citadino e camponês.

É assim que Bissau oferece condições mais favoráveis para o engajamento público. Mas o leste e o sul do país apresentam um dinamismo associativo e partidário mais forte. No leste há também uma prática mais intensa de contacto com autoridades públicas. Em Bissau e nas regiões Norte e Leste, metade da população discute com bastante frequência assuntos políticos. No entanto, no sul só dois em cada cinco pessoas exibem esta disposição.

A relação entre **estratos sociais** e o nível de engajamento na vida pública é ainda mais pronunciada. A população com um património maior tem uma participação substancialmente maior do que aquela mais carente, como assinala este quadro.

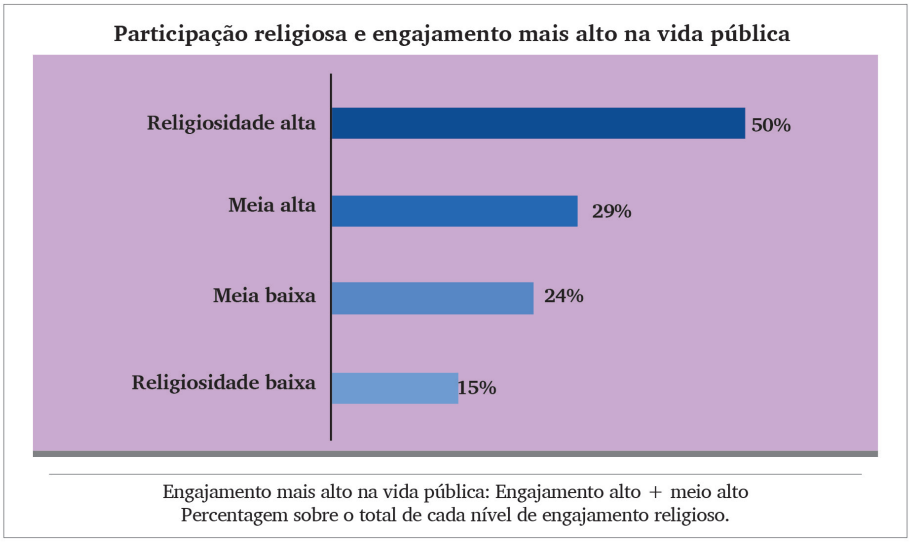


Estratos sociais mais baixos: Baixo + meio baixo. Estratos sociais mais altos: Alto + meio alto
Percentagem sobre o total de cada nível de engajamento na vida pública.

Entre as pessoas com engajamento alto, dois em cada três são dos estratos sociais mais favorecidos. Entre as pessoas mais desengajadas, três em cada quatro provêm dos estratos mais pobres. Esta diferença é particularmente acentuada num componente do índice de estratos sociais: o uso de meios modernos de comunicação. Aqui,

- 90% dos que não utilizam o telemóvel, a rádio, televisão e internet, têm participação nula ou baixa na esfera pública.
- 85% dos que têm um engajamento alto usam estes instrumentos com frequência.

Na Guiné-Bissau, a **religião** é um fator que estimula o engajamento popular na vida pública. Neste país, as pessoas com uma participação religiosa mais alta têm uma atuação pública três vezes maior do que as pessoas com baixa religiosidade, como se pode apreciar neste gráfico:



Engajamento mais alto na vida pública: Engajamento alto + meio alto
Percentagem sobre o total de cada nível de engajamento religioso.

Entre as três principais religiões na Guiné-Bissau, ajustando pela variação no tamanho de cada grupo, o engajamento público é maior na comunidade muçulmana (36%) do que na cristã (29%)

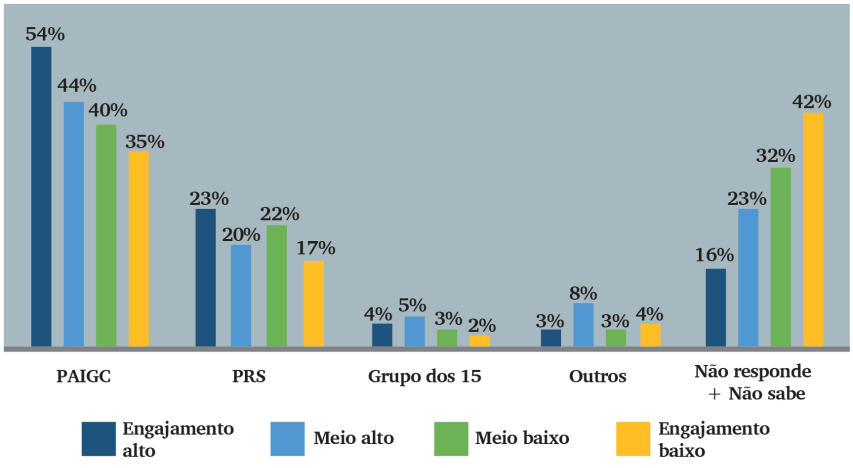
ou na animista (12%). Do outro lado desta equação, no escalão inferior, quase metade dos animistas (47%) exibe uma atuação pública baixa ou nula, comparada com um quarto dos cristãos (27%) e dos muçulmanos (26%).

As **atitudes e disposições** das pessoas tendem a variar segundo o seu nível de engajamento na vida pública. Os indivíduos mais desengajados têm, em geral, uma predisposição mais alta para a intolerância social. A título de ilustração, um quarto desta população apresenta um risco de sectarismo religioso.[3] Neste grupo, 20% teriam uma orientação sectária mais cultural, e 5% religiosa. Em contrapartida, só 6% das pessoas com uma atuação significativa teriam uma visão mais sectária.

Por outro lado, as pessoas mais engajadas tendem a exibir um sentimento de confiança mais robusto, tanto no plano interpessoal como na relação com as instituições públicas, as entidades da sociedade civil e as lideranças religiosas e comunitárias. Neste segmento, quatro em cada cinco pessoas sentem afinidade com algum partido político. Mas só metade dos desengajados tem alguma identidade partidária.

Tudo isto, por sua vez, impacta na dinâmica política do país. Em 2018, entre as pessoas que manifestaram a sua intenção de voto em favor do PAIGC, havia uma maior tendência para o engajamento público, como salienta o quadro seguinte. Entre aqueles que não responderam à pergunta ou disseram não saber, a disposição ao engajamento público era substancialmente menor. Entre os aderentes do PRS, porém, não se detetou nenhuma correlação com o grau de participação na vida cívica.

Intenção de voto em 2018 e engajamento na vida pública



Intenção de Voto em 2018. Resposta à pergunta do questionário:
Se as eleições legislativas fossem amanhã, em que partido votaria?
Percentagem sobre o total de cada nível do engajamento na vida pública.

Na Guiné-Bissau, o nível de engajamento na vida pública incide nas possibilidades de promover a tolerância, a confiança, a inclusão social, e a adesão à democracia. Daí a importância de entender melhor este fenómeno.

[3] A referência aqui é a segunda versão do índice de risco de sectarismo religioso, que exclui a variável preconceito sexual.

Militância Partidária

Para captar e compreender melhor a faixa da população engajada de maneira intensa no âmbito dos partidos políticos criou-se o índice de militância partidária. Este segmento abrange 7% dos cidadãos guineenses, uma quantidade por si só bastante significativa. O índice combina três fatores:

- **A atuação nos partidos políticos,** seja como dirigente ou membro ativo
- **A participação na campanha eleitoral,** em diversas modalidades
- **O contacto com autoridades,** incluindo a frequência desta interação.

Aqui, a militância partidária está associada à participação ativa em entidades políticas e campanhas eleitorais, e a regularidade da comunicação com lideranças públicas e partidárias. Apresentamos a seguir uma série de dados que permitem caracterizar melhor o perfil desta militância partidária:

- 95% têm uma atuação partidária alta
- 94% participam ativamente nas campanhas eleitorais
- 64% têm um relacionamento mais intenso com as autoridades públicas.

O engajamento destes militantes na vida pública da Guiné-Bissau é marcante: 90% têm uma participação mais alta, três vezes mais do que a média nacional. O gráfico que se segue revela detalhes sobre esta relação.



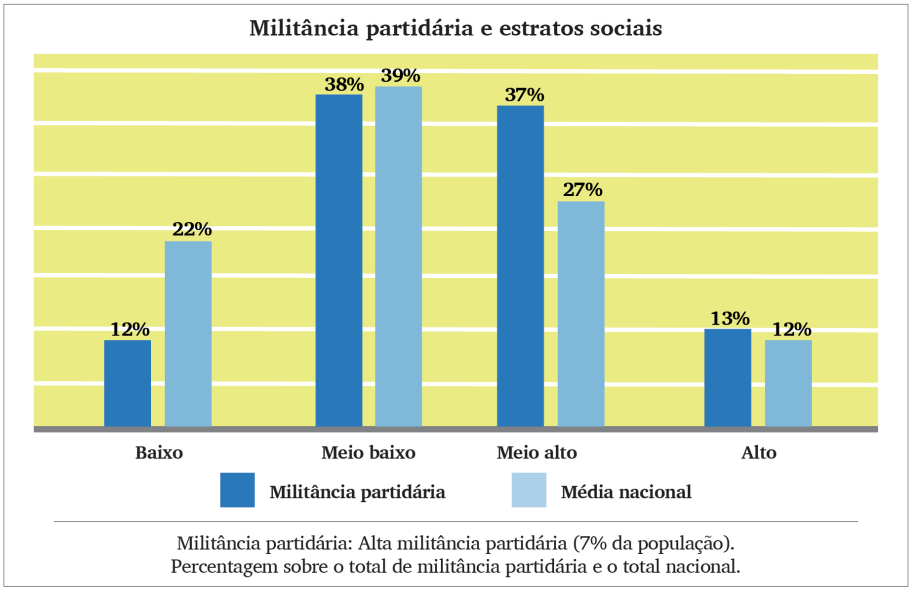
Militância partidária: Alta Militância partidária (7% da população).
Engajamento na vida pública: Engajamento alto + engajamento meio alto.
Percentagem sobre o total de militância partidária alta e o total nacional.

Entre as principais características sociais destes ativistas partidários pode-se destacar o seguinte: em relação à questão de **género**, dois em cada três militantes são homens, e uma é mulher. As mulheres perdem destaque por causa da sua menor participação no *lobby* junto das autoridades públicas. No entanto, na atuação partidária a brecha com os homens é menor.

Quanto à **idade**, quase dois terços dos ativistas têm entre 30 e 49 anos. Essa faixa etária e os de 50 anos para cima, são, em termos proporcionais, três vezes mais ativos que os jovens. Três em cada quatro jovens não atua nos partidos ou movimentos políticos, e dois em cada três jovens participam pouco ou nada nas campanhas eleitorais.

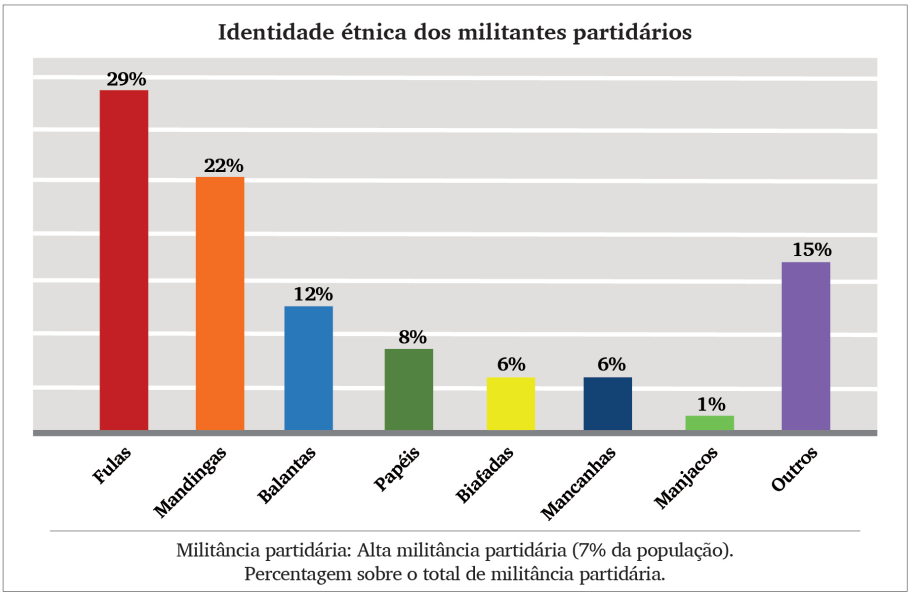
Em outros aspetos, no entanto, é possível entrever a atividade partidária como um espaço que envolve e integra diversos segmentos da população. A composição da militância partidária, por exemplo, reflete níveis de **educação** similares à média nacional. Um quarto dos ativistas é analfabeto, 22% só frequentou a escola primária, 38% assistiram à escola secundária, e 15% tiveram alguma educação superior.

Da mesma forma, os militantes provêm de diversos **estratos sociais,** o que permite aos partidos espelhar aspetos relevantes da realidade guineense. Ainda assim, como mostra o seguinte gráfico, há uma proporção maior de pessoas do segmento meio alto, e uma menor no estrato mais pobre.



Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária e o total nacional.

Quanto à **distribuição territorial** dos ativistas partidários, 57% destes moram no campo, proporção similar ao tamanho da população rural. Os camponeses, contudo, são mais atuantes que os citadinos nos partidos políticos. A região Leste tem uma proporção ligeiramente maior de militantes. Mas, em geral, a diferença entre as grandes regiões do país é mínima.

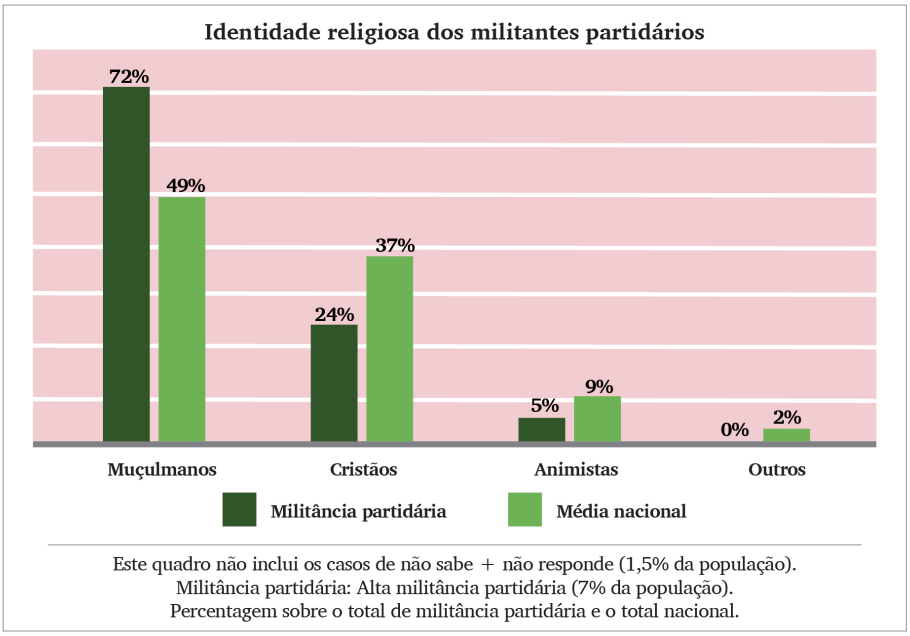


Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária.

A **composição étnica** dos militantes partidários reflete, em algo, o tamanho da população de cada grupo, como se pode observar no gráfico anterior. Mas há também algumas diferenças substanciais. Os Mandingas têm uma militância política muito maior do que a sua proporção na população guineense (que alcança os 15%). Os Fulas (que atingem 25% da população), Biafadas (4%) e Mancanhas (5%) também têm uma proporção maior. Mas os Balantas (com 20% da população), Papéis (10%) e, especialmente, os Manjacos (com 10%), apresentam um nível de ativismo partidário bastante inferior ao seu tamanho demográfico.

A militância partidária na Guiné-Bissau é fortemente **religiosa**: 83% dos ativistas têm uma participação religiosa assídua, e destes, 74% têm uma prática religiosa intensa. Os ativistas políticos neste país são muito mais religiosos que o resto da população. A nível nacional, o engajamento religioso mais alto é de 59%, 24 pontos a menos que o envolvimento religioso dos militantes políticos.

Entre as três principais religiões na Guiné-Bissau, há uma participação preponderante de muçulmanos entre os ativistas políticos. Cinco em cada sete militantes partidários são muçulmanos, e dois são cristãos. A participação dos cristãos e animistas é muito inferior à sua proporção demográfica, como revela o seguinte gráfico.



Este quadro não inclui os casos de não sabe + não responde (1,5% da população).
Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária e o total nacional.

No total, 11% dos muçulmanos são ativistas políticos. Mas só 3% dos católicos, 6% dos evangélicos e 5% dos cristãos (sem denominação) o são. Entre os animistas, só 4% atuam com maior intensidade nos partidos políticos.

O **risco de sectarismo religioso** é bastante baixo entre os militantes partidários. Quatro em cada cinco militantes exibem uma alta tolerância religiosa e cultural. Entre os ativistas mais tolerantes, 84% apresentam uma religiosidade mais intensa. Só um em cada cinco ativistas tem uma orientação mais sectária. Entre os mais sectários, quatro em cada cinco pessoas expõem uma tendência ao sectarismo religioso.

A militância política na Guiné-Bissau reflete as principais **identidades partidárias** do país. Em 2018, três em cada cinco ativistas partidários eram do PAIGC, um em quatro do PRS, e o resto de partidos menores. No PAIGC e no PRS, um em cada dez simpatizantes tinha uma participação

ativa na vida do seu partido. O Grupo dos 15, um movimento dissidente do PAIGC, teve, em meados de 2018, 3% de apoio a nível nacional. No entanto, 12% dos seus adeptos eram ativistas políticos.

Conclusão

O estudo de mineração e análise de dados do inquérito Vozes do Povo possibilita uma leitura aguda das condições de vida, perceções e opiniões do povo guineense. As informações reveladas aqui dão conta da excecionalidade dos dados alcançados.

O conhecimento produzido por esta investigação serve para aperfeiçoar estratégias e empoderar o desenvolvimento democrático da nação guineense. Entre as múltiplas orientações que podem ser destacadas neste sentido, é possível salientar a importância de:

- **Reforçar a educação cívica.** O apoio popular aos procedimentos, normas e ideais democráticos são cruciais para as perspetivas deste sistema de governo. Daí a necessidade de investir na educação cívica. Sobretudo, para melhorar a compreensão do conceito de democracia, e elevar o apreço pela ideia de liberdade de expressão, em particular o valor da dissidência.
- **Promover o engajamento cidadão.** A participação popular é um instrumento pedagógico para a formação de valores democráticos e a promoção da tolerância e inclusão social. Mulheres e jovens constituiriam partícipes ideais para essas práticas, dados os seus níveis mais baixos de atuação cívica. A ampla sensibilidade no país em relação às questões ambientais sugere que os assuntos ligados a esse âmbito podem oferecer um canal favorável para tais ações.
- **Auxiliar os partidos políticos.** Os partidos políticos são atores importantes na Guiné-Bissau e merecem maior atenção. Os partidos desempenham um papel fundamental na formação e seleção dos líderes e quadros políticos do país. As perspetivas de desenvolvimento democrático da nação guineense dependem em grande parte da qualidade dos seus políticos. Um programa de cooperação técnica em apoio aos partidos políticos, com atividades de formação interpartidária, e atenção especial para a militância juvenil e feminina, faria muito pelo país. Esforços criativos para incutir um senso de serviço público, aperfeiçoar habilidades práticas, e cultivar ideais democráticos na militância mais jovem, poderiam ajudar a formar uma nova geração de líderes guineenses.
- **Ampliar o acesso a notícias confiáveis.** A construção da democracia requer uma cidadania informada e ativa. A disponibilidade de fontes de notícias confiáveis é crítica para isso. Conforme revelado no estudo Vozes do Povo, uma parte substancial da população tem pouco ou nenhum acesso às notícias e, como resultado, permanece maioritariamente desligada da vida cívica do país. O apoio à programação radiofónica e às rádios comunitárias pode fazer uma grande diferença nesse sentido, sobretudo nas áreas rurais, que são as mais carentes de fontes de notícias.
- **Priorizar ações em escala nacional.** Os projetos concebidos para fortalecer a democracia na Guiné-Bissau – através do engajamento cívico, colaboração com os partidos políticos, e apoio aos meios de comunicação – devem ter um alvo e âmbito de atuação nacional, em vez de centrar-se apenas nas comunidades locais. Essas iniciativas devem incluir atividades destinadas a fomentar laços interétnicos, construir relações inter-regionais, apoiar os vínculos urbano-rurais e estimular a colaboração em pé de igualdade entre homens e mulheres. A busca do desenvolvimento democrático na Guiné-Bissau deve ir além da adição de microempreendimentos e abordar – de uma forma significativa e sensata – as questões macro em jogo.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Green, Toby (2019). *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution.* Chicago: The University of Chicago Press.

Kaviraj, Sudipta (2014). "Modernity, State and Toleration in Indian History: Exploring accommodations and Partitions," *Boundaries of Toleration,* organizado por Alfred Stepan e Charles Taylor. New York: Columbia University Press.

Menchik, Jeremy (2016). *Islam and Democracy in Indonesia: Tolerance without Liberalism.* Cambridge: Cambridge University Press.